



O ENFOQUE METROPOLITANO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Ivandra Alves Ribeiro
ivv.alves@gmail.com

Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Otacílio Lopes de Souza Paz
otacilio.paz@gmail.com

Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

RESUMO

A abordagem sobre Geografia Urbana, especificamente, o enfoque metropolitano dentro das aulas de Geografia consiste em uma forma de articular as escalas locais, regionais e mundiais. Isto se tem, através da conceituação sobre metrópole, região metropolitana e da compreensão sobre as relações verticais e horizontais estabelecidas entre as cidades através da rede urbana. Assim, objetiva-se a compreensão através de uma visão crítica sobre a abordagem e a ênfase atribuídas ao enfoque metropolitano nos livros didáticos de Geografia para o Ensino Médio. A metodologia para seleção das coleções analisadas consistiu em quantificar os dados de tiragem e de valor de aquisição dos livros adquiridos pelo Ministério da Educação, selecionando os mais relevantes e os com menos expressão de aquisição. Para analisar os livros didáticos, os conceitos referidos ao enfoque metropolitanos foram identificados e analisados quanto à sua contextualização e relevância nos livros. Considera-se que existe um conjunto de fatores que devem ser integrados para a sintetização da análise dos conteúdos geográficos dos livros didáticos, que consiste não apenas em atributos textuais, mas também na consideração do pluralismo das realidades existentes no cenário educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia Urbana, Ensino de Geografia, Ensino Médio

THE METROPOLITAN APPROACH IN THE GEOGRAPHY TEACHING BOOK

ABSTRACT

The approach to Urban Geography, specifically, the metropolitan approach within Geography classes is a way of articulating local, regional and global scales. This is achieved through the conceptualization of metropolis, metropolitan region and the understanding of the vertical and horizontal relations established between cities through the urban network. Thus, the objective is to understand through a critical view of the approach and emphasis attributed to the metropolitan approach in the textbooks of Geography for High School. The methodology for selection of the collections analyzed consisted in quantifying the data of drawing and acquisition value of the books acquired by the Ministry of Education, selecting the most relevant and those with less expression of acquisition. In order to analyze the textbooks, the concepts related to the metropolitan approach were identified and analyzed for their contextualization and relevance in the books. It is considered that there is a set of factors that must be integrated to synthesize the analyses of geographic contents of the textbooks, which consists not only in textual attributes but also in the consideration of the pluralism of the realities existing in the Brazilian educational scenario.

KEYWORDS

Urban geography, Geography teaching, High school

Introdução

A Geografia como disciplina escolar recebe destaque quanto à sua contribuição para a formação de cidadãos críticos (SILVA; SAMPAIO, 2014). Ademais, Silva e Albuquerque (2012) destacam a importância da análise sobre as abordagens geográficas e pedagógicas, sem distinção entre modernas/críticas ou tradicionais/clássicas, mas com a contextualização dos conteúdos abordados pelo docente. Para as autoras, cabe a análise também sobre o tratamento didático pedagógico na transformação deste conteúdo escolar em conhecimento sobre o mundo, “de modo que o aluno possa compreender as conexões entre o espaço vivido ou concebido em diferentes escalas regional, nacional e global.” (SILVA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 2).

O processo de ensino e aprendizagem envolve diversos elementos. Silva e Sampaio (2014) atribuem ao Livro Didático (doravante referido como LD) a característica de ser um dos recursos mais disponibilizados nas escolas públicas brasileiras. Sampaio (2012) afirma que é possível inserir o LD “como produto cultural no fundamental

contexto das sociedades modernas” (SAMPAIO, 2012, p. 57), este, por muitas vezes, é o único recurso disponível ao docente nas instituições públicas de ensino.

Sampaio (2012) afirma que a intensificação do uso do LD se dá a partir da implantação de políticas de adoção deste nas escolas públicas. Desta forma, a análise dos LD utilizados neste segmento é de suma importância, visto que na forma de consumo no cenário brasileiro, eles recebem atribuições de uma mercadoria e assim “o grande comprador de livro didático é o governo federal” (PONTUSCHKA et. al., 2007, p. 339).

A proposta de avaliação de LD do Ensino Médio é vigente desde 2004, até então na esfera do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM, Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Em 2010, a partir do Decreto 7.084 de 27.01.2010 foi regulamentada a avaliação e distribuição de materiais didáticos para toda a educação básica a partir do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. No artigo 6º, é indicado que o atendimento pelo PNLD será feito periodicamente, intercalando o atendimento às diferentes etapas de ensino: 1º ao 5º ano do ensino fundamental; 6º ao 9º ano do ensino fundamental; e ensino médio. Desta forma, em 2012 o PNLD incorporou o então PNLEM, passando a ser executado pelo FNDE e pela Secretaria da Educação Básica - SEB/MEC.

O PNLD proporciona a contabilização de quais coleções foram adquiridas no território nacional através dos dados disponibilizados, além de propiciar a compreensão sobre quais critérios são indicados aos docentes para a escolha dos LD. Silva e Sampaio (2014) afirmam que apesar da avaliação realizada pelo PNLD

[...] é preciso que o professor esteja atento no momento da escolha do livro didático a fim de escolher um material que esteja mais adequado à realidade do professor, do aluno e da escola. É importante verificar, também, a qualidade do livro referente ao conteúdo, a imagens, à proposta teórico-metodológica, à linguagem, a atividades, entre outras atividades. (SILVA; SAMPAIO, 2014, p. 175).

Adota-se no desenvolvimento do presente trabalho a valorização da importância do LD no ensino de Geografia, não apenas em relação aos conteúdos a serem especificamente abordados, mas com ênfase na qualidade do referencial entregue a docentes e discentes das Instituições Públicas de Ensino.

Cavalcanti (2010) indica que para ocorrer motivação dos discentes no processo de ensino e aprendizagem é fundamental que ocorram relações abertas, dialógicas, negociadas, sem papéis sociais/profissionais cristalizados e fechados. As relações

existentes entre professor e aluno, para a autora, não são puramente cognitivas e racionais, assim existe

[...] a necessidade de reconhecer as vinculações da espacialidade das crianças, de sua cultura, com o currículo escolar, com os conteúdos das disciplinas, com os conteúdos da Geografia, com o cotidiano da sala de aula e de todo o espaço escolar. (CAVALCANTI, 2010, p. 2)

Reconhecendo a necessidade supracitada do processo de ensino e aprendizagem, a abordagem sobre Geografia Urbana, especificamente, o enfoque metropolitano dentro das aulas de Geografia consiste em uma forma de articular as dinâmicas locais, regionais e mundiais. Isto se tem, através da contextualização sobre metrópole, região metropolitana (doravante referida como RM) e da compreensão sobre as relações verticais e horizontais estabelecidas entre as cidades através da rede urbana. Assim, objetiva-se analisar os conteúdos dos LD de Geografia para o Ensino Médio, verificando temas e conceituações ligados ao enfoque metropolitano, no que se refere à Geografia Urbana.

Procedimentos metodológicos: seleção e análise dos livros didáticos

As etapas metodológicas para o desenvolvimento do trabalho (Figura 1) buscam traçar relações entre o PNLD, às discussões acadêmicas sobre LD e sobre os conteúdos da Geografia e, com ênfase, na análise crítica quanto aos conteúdos metropolitanos discutidos nos limites da transposição didática.

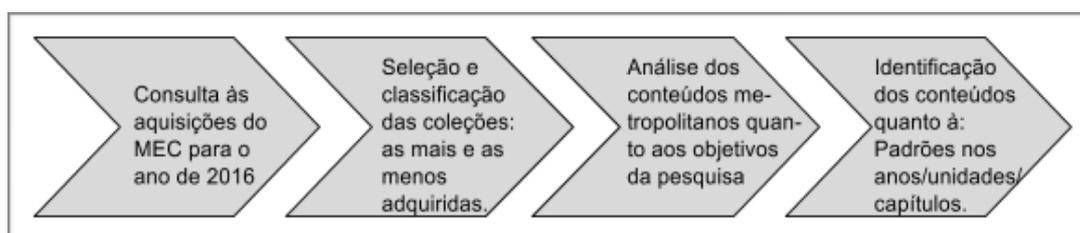


Figura 1: Etapas metodológicas.
Org.: Elaboração própria, 2020.

Com embasamento nas discussões sobre o LD e sobre o PNLD, foram selecionados nesta pesquisa coleções de LD que constam no documento do MEC, “PNLD 2016 - VALORES DE AQUISIÇÃO POR TÍTULO - ENSINO MÉDIO” (BRASIL,

2016). Este documento apresenta a prestação de contas pelo FNDE, e disponibiliza as informações referentes às variáveis contidas na figura 2.

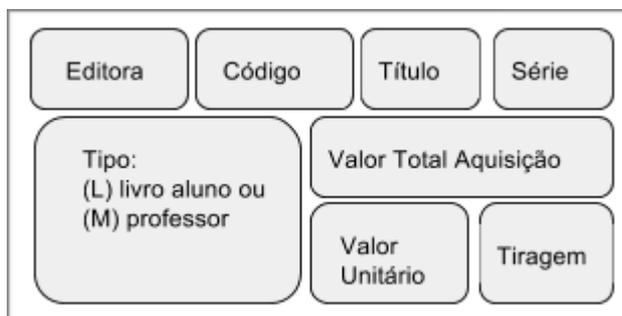
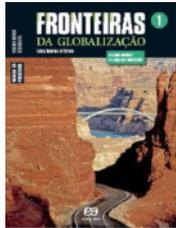
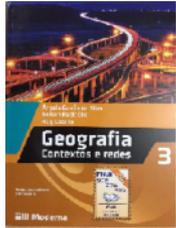


Figura 2: Informações disponibilizadas pelo MEC sobre a aquisição dos LD.
Fonte: BRASIL, 2016. Org.: Elaboração própria, 2020.

Os LD de Geografia selecionados foram escolhidos a partir de duas variáveis: "Valor Total Aquisição" e "Tiragem", que correspondem, respectivamente, ao total em reais (R\$) pago às editoras e à quantidade de exemplares adquiridos. Para a análise foram selecionadas as coleções com maiores e menores valores referentes a cada uma das variáveis. O objetivo de tal escolha consiste na comparação sobre os conteúdos presentes nos LD destas duas parcelas, ponderando sobre a relação entre qualidade, valor e tiragem.

A classificação das coleções de LD (Quadro 1) considerou o total de exemplares adquiridos por coleção, sendo a soma dos livros do aluno e do professor, estabelecendo a adoção do valor total das aquisições e da quantidade de tiragem como atributos da classificação. Os três maiores e menores valores foram selecionados para cada variável, com destaque à divergência no caso da 3ª maior tiragem, que corresponde ao 6º quanto ao valor total, e no 2º do maior valor de aquisição, que corresponde à 7ª tiragem.

Quadro 01: Classificações das coleções de livros didáticos

	Título:	Fronteiras da globalização - o mundo natural e o espaço humanizado		Título:	Geografia leituras e interação
	Classificação tiragem:	1º		Classificação tiragem:	7º
	Classificação valor total aquisição:	1º		Classificação valor total aquisição:	2º
	Título:	Geografia contextos e redes		Título:	Geografia geral e do Brasil - espaço geográfico e globalização
	Classificação tiragem:	3º		Classificação tiragem:	2º
	Classificação valor total aquisição:	6º		Classificação valor total aquisição:	3º
	Título:	Geografia: estudos para compreensão do espaço		Título:	Geografia das redes - o mundo e seus lugares
	Classificação tiragem:	16º		Classificação tiragem:	17º
	Classificação valor total aquisição:	16º		Classificação valor total aquisição:	17º
	Título:	Geografia global			
	Classificação tiragem:	18º			
	Classificação valor total aquisição:	18º			

Fonte: BRASIL, 2016. Org.: Elaboração própria, 2020.

Após a etapa de classificação das coleções, a análise consistiu em identificar os temas e conceitos relacionados ao enfoque metropolitano, considerando o contexto em que estes foram abordados (Figura 3).

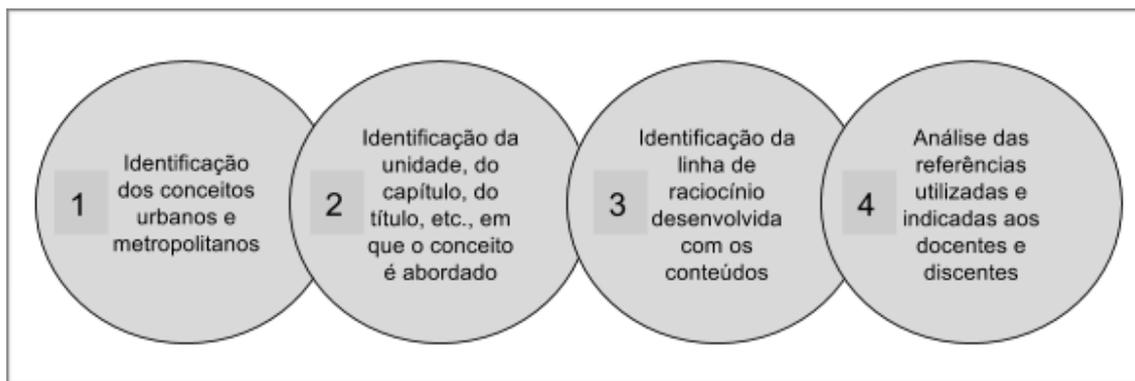


Figura 3 - Etapas de análise de conteúdo do LD.
Org.: Elaboração própria, 2020.

A identificação do enfoque metropolitano ocorreu a partir da leitura dos volumes elaborados para cada ano do Ensino Médio, das sete coleções analisadas, nos quais foi compreendido o contexto que os conceitos eram abordados. Isto, pois se adota como preceito que o processo de ensino aprendizagem ocorre de forma subsequente.

Entende-se que os LD devem desenvolver uma linha de raciocínio ao abordar os conceitos metropolitanos, os inserindo em um processo e/ou dinâmica que colabore à assimilação do conteúdo de forma integrada, tanto com as demais áreas da Geografia quanto com a realidade escolar.

Este preceito não consiste a apenas em trazer conceitos de forma isolada através glossários, visto que não facilitaria que os discentes integrem as definições com a totalidade das relações escolares. O que não indica que a presença de glossários seja negativa, mas o conceito não deve apenas constar nesta parte do LD e sim integrado ao corpo do texto, com exemplificações, discussões, entre outros.

Livros didáticos: conceituação, metodologias de análise e o guia do PNLD

O ensino médio, de acordo com o PNLD/2015 (BRASIL, 2014), pressupõe a realização por parte do docente, de um trabalho pedagógico orientado que instigue o protagonismo juvenil, a experiência cidadã e a participação social. Desta forma, o LD deve contemplar questões que incentivem e auxiliem a realização de tais objetivos.

Brandão (2014) indica a importância do LD no processo de ensino e aprendizagem como um consenso, visto que este auxilia o docente e pode orientar o currículo escolar. Sampaio (2012) ressalta a importância do LD como instrumento pedagógico, o que torna necessário analisar o que caracteriza o LD, suas finalidades e o

significado a ele atribuído na sala de aula. Neste raciocínio, Bandeira et. al. (2012) consideram o LD, tal como concebido e utilizado no modelo brasileiro de escolarização, instrumento pedagógico de uso fundamental em sala de aula.

É possível entender o LD como um material impresso com conteúdos escolares e com a finalidade de auxiliar professores e alunos no processo de ensino e de aprendizagem (SILVA; SAMPAIO, 2014). Ressalta-se que a finalidade consiste em orientar, pois é necessário ao docente buscar materiais complementares, a fim de adequar o conteúdo às realidades não tratadas nos LD e aos fatos atuais, para que este se torne instigante aos discentes.

Castrogiovanni e Goulart (1988) já apontavam na década de 1980 a problemática dos LD de Geografia, ora com conteúdos reprováveis, ora elogiáveis. Os autores destacam que com as condições de trabalho dos docentes, o LD torna-se um instrumento necessário como complemento às atividades didático-pedagógicas, devendo ser usado apenas como um dos materiais dentre os demais disponíveis.

Segundo et. al. (2012) destacam alguns conteúdos dos LD de Geografia como ineficientes, pois são apresentados de forma sucinta em excesso e com muito apelo a elementos quantitativos, como gráficos, tabelas e mapas, preterindo assim a qualidade da explanação, o que dificulta a assimilação dos discentes. Desta forma, mesmo após quase 30 anos das afirmações de Castrogiovanni e Goulart (1988), ainda há relevância em analisar criticamente o que é exposto nos LD, visto que, como indica Brandão (2014), muitas vezes este é o único material pedagógico utilizado pelo docente e pelos discentes, principalmente, para Silva e Oliveira (2013), nas escolas públicas.

Estas considerações reforçam a afirmação de Castrogiovanni e Goulart (1988) sobre a seleção dos materiais didáticos serem o alvo de uma constante discussão. Para os autores, um LD eficiente e que propicie uma visão da Geografia segundo perspectiva crítica deve contemplar: a fidedignidade das afirmações, o estímulo à criatividade, uma correta representação cartográfica, uma abordagem que valoriza a realidade e o enfoque no espaço como uma totalidade.

Para Silva e Oliveira (2013) o LD é um instrumento que carrega objetivos, influências e visões de mundo de seus autores e de quem o adota. Cabe ao docente identificar quais livros contribuem para a eficácia no ensino de Geografia, comprovada quando o discente é capaz de pensar geograficamente sobre as complexas relações sociais que se materializam no espaço.

Oliveira e Leandro (2011) apontam o Estado como maior comprador de coleções de LD, o interesse é então em adotá-los a nível nacional, diminuindo custos, facilitando a

compra e a distribuição nas escolas. Contudo, ao generalizar a aquisição nesta escala, o conteúdo dos LD não contempla de forma suficiente a valorização do local e favorece que no imaginário dos discentes, os saberes geográficos correspondam a uma visão de mundo massificada (OLIVEIRA; LEANDRO, 2011).

Segundo Brandão e Mello (2013) as principais premissas do ponto de vista teórico-metodológico envolvidas no ensino de Geografia correspondem à: consideração do lugar como escala de referência ao cotidiano do discente articulando o local com o global e auxiliando na compreensão de mundo; discussão de temas socioespaciais; desenvolvimento da linguagem cartográfica; promoção da Educação Ambiental no contexto da globalização; e a incorporação de diferentes linguagens nos recursos didáticos. Dorfman et. al. (2009) especificam que os materiais disponíveis sobre Geografia Urbana aos discentes de Ensino Médio, geralmente, não promovem a identificação dos discentes com os temas estudados, pois são elaborados entorno das metrópoles nacionais.

No âmbito das discussões sobre análise de LD, é fundamental destacar o processo de avaliação pedagógica dos LD desenvolvido no PNLD. Buscou-se compreender esta metodologia de análise a partir do Guia do PNLD e do Edital do PNLD, ambos referentes ao ano de 2015. Apesar do presente trabalho buscar analisar os conteúdos específicos da questão metropolitana, compreende-se que a avaliação e aprovação dos LD já foram realizadas pelo PNLD.

As diretrizes para esta avaliação se têm a partir do Edital PNLD 2015 – Ensino Médio (BRASIL, 2013), da autoria do MEC/FNDE/SEB, no qual editoras inscrevem suas obras que passam pela triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e pela pré-análise pela Coordenação de Área da UFPR e pelo MEC. Estas etapas antecedem a avaliação pedagógica, que irá resultar em pareceres de aprovação ou exclusão de obras e na elaboração do Guia do PNLD, que dispõem de resenhas para auxiliar a escolha do docente.

A avaliação segue o princípio duplo-cega e é realizada pela Coordenação Adjunta, composta por quatro profissionais (um deles dedicado ao acompanhamento das avaliações dos livros digitais; e outro atuante da rede pública do Estado do Paraná); e pela equipe de avaliadores que atende a uma série de itens, com destaque aos principais:

[...] ser professor(a) atuante na área de Geografia em diferentes níveis; conhecer a realidade do Ensino Médio da rede pública; ter experiência em pesquisa e em processos de avaliação; ser originário de distintas instituições localizadas em diferentes regiões do país; não ter relações com editoras comerciais no âmbito da produção de material didático; não possuir relações de parentesco com autores de livros didáticos e com demais avaliadores inseridos no PNLD 2015 e

ter perfil adequado e que favorecesse o trabalho em equipe. (BRASIL, 2014.a, p. 8)

Os avaliadores então foram capacitados e realizaram a leitura e análise individual das coleções, com reuniões gerais para consolidar decisões sobre aprovação ou exclusão das coleções. Para garantir a avaliação duplo-cega, cada dupla de avaliadores sem contato prévio entre si, recebeu individualmente os exemplares das coleções descaracterizados, bem como ficaram responsáveis por suas coleções.

O parecer sobre a aprovação ou exclusão dos exemplares foi elaborado de forma individual, com a consolidação posterior da análise feita pela dupla nas reuniões, resultando em um único parecer. Os pareceres então foram encaminhados para as editoras e as resenhas de cada exemplar chegam aos docentes através do Guia, que dentre suas especificações, reconhece que os materiais não estão imunes de “pequenas imperfeições” (BRASIL, 2014.a, p. 9). É destacado também que estas eventuais falhas não desqualificam as coleções por não oferecerem problemas ao trabalho pedagógico do docente.

Aspectos relevantes da temática escolhida: o enfoque metropolitano

Ao buscar compreender o enfoque metropolitano no âmbito da Geografia Escolar, no desenvolvimento deste trabalho atribui-se destaque à questão do raciocínio escalar. Carvalho (2006) faz uma analogia entre o espaço geográfico e um mosaico, que pode ser grande, pequeno ou imenso. Neste sentido suas peças estão justapostas ao longo do tempo a partir da escolha da escala ou escalas adequadas, então este mosaico

[...] deve ser o resultado das vontades espaciais humanas e que será elaborado no ato de ver, nas diferentes possibilidades escalares, inclusive as interescares e multiescares, as suas paisagens, lugares e territórios, com as suas marcas temporais, que é a geografia ou as práticas culturais espaciais da humanidade. **Esta é a tarefa da Educação Geográfica** na escola e na comunidade. (CARVALHO, 2006, p. 1, grifo nosso).

De acordo com Moreira (1996, p.64) “A escala está construída sobre três categorias básicas: localização, distribuição e unidade. [...] O conjunto dessas três categorias basilares do espaço geográfico aparece a olhos visíveis da paisagem na forma do arranjo espacial”. O raciocínio escalar permite que os sujeitos trabalhem com imagens dos lugares em distintas escalas e por distintos meios, imagens estas consideradas como paisagem (CARVALHO, 2006). Carvalho (2006) afirma que a

paisagem representada em distintas escalas é uma das formas de instigar a compreensão do espaço geográfico.

O enfoque metropolitano adotado parte então de uma perspectiva multiescalar, visto que abrange do local ao global, através das metrópoles até a conformação da rede urbana. É comum a discussão sobre a problemática atribuída às metrópoles. A própria definição de metrópole passa a ser alterada pelo processo de globalização, nela surgem “novas funções metropolitanas” (FIRKOWSKI, 2004, p. 95) destinadas às demandas das empresas e à parcela da população relacionada a elas, com os produtos e serviços de oferta mundial para esses novos mercados.

Firkowski e Casares (2014) atribuem o atual destaque dado à questão metropolitana ao fato de que as cidades são protagonistas de diferentes dinâmicas,

[...] na maioria das vezes com impactos negativos para o cotidiano de seus moradores: as dificuldades crescentes quanto à mobilidade, o aumento da violência, os riscos associados às inundações e deslizamentos, o déficit habitacional e as precárias condições de moradia, o abastecimento de água o destino dos resíduos, dentre tantos outros temas igualmente relevantes. (FIRKOWSKI, CASARES, 2014, p, 4103)

A problemática metropolitana possui caráter interdisciplinar e atinge distintas esferas, entre estas a legislativa e a acadêmica, resultando em divergências estruturais que chegam ao LD. Parte-se então do pressuposto que o Enfoque Metropolitano nos LD de Geografia, na forma como os conceitos e as discussões são pautados nesta temática, possuem inexactidões quanto sua abordagem.

Firkowski (2012) aponta que no que se refere à questão da definição e da criação de RM no Brasil, no âmbito das discussões acadêmicas encontram-se dissociações entre o processo de metropolização e o de institucionalização e proposta delas.

A formação das metrópoles brasileiras ocorre a partir dos anos 1950 (DAVANZO et. al., 2011), concentrando-se inicialmente em São Paulo. Domingos (2010) aponta que, a partir da determinação de 1988, observa-se o aumento no número de RM, porém, sem preocupações com precisões teóricas por parte dos legisladores, assim “a legislação pode criar regiões metropolitanas, mas não cria metrópoles” (DOMINGOS, 2010, p. 2).

A conformação de metrópoles e suas regiões está diretamente ligada ao processo de metropolização, e este, para Davanzo et. al. (2011), historicamente associa-se à industrialização e a urbanização, e

Em maior ou menor grau, suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações

econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional. (DAVANZO *et. al.*, 2011, p. 97).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010) entende a metropolização como um “processo histórico que expressa a estrutura, a forma e a dinâmica socioespacial e assume algumas feições particulares no capitalismo, especialmente em sua periferia” (IPEA, 2010, p. 629). Adotando este sentido, compreender a metropolização é equivalente a entender o funcionamento e a dinâmica do capitalismo contemporâneo, a partir da forma como nele se produz o espaço social urbano.

As metrópoles e demais cidades, das mais distintas hierarquias, ao se relacionarem, através de fluxos materiais e imateriais, se organizam em redes. Assim, segundo Côrrea (1989) a rede urbana é entendida como um conjunto de centros articulados através da funcionalidade e nela são refletidas as características sociais e econômicas de um território. De acordo com o IBGE (2008) em seu estudo Região de Influência das Cidades – 2007, na configuração da rede urbana coexistem redes hierárquicas e redes não hierárquicas, respectivamente, em que a gestão pública e empresarial mantém relações de controle e comando bem como referência para tomada de decisão, entre os centros urbanos; as cidades organizam-se em relações horizontais, com complementaridade em fatores sociais, econômicos, entre outros.

A metodologia adotada pelo IBGE (2008) considera para definição da rede urbana, da hierarquia urbana e das regiões de influência a conceituação de Centros de Gestão do Território de Côrrea (1995). Desta forma

[...] centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83).

Estes centros correspondem às metrópoles, que são onde se localizam tanto órgãos do Estado como sede de empresas de forte influência econômica, a ponto de suas tomadas de decisões interferirem na configuração espacial. No âmbito da avaliação dos Centros de Gestão do Território consideraram-se os níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário (Gestão Federal), na centralidade das empresas (Gestão Empresarial) e na presença de diferentes equipamentos e serviços (Comércio e Serviços; Instituições Financeiras; Ensino Superior; Saúde; Internet; Redes de TV aberta; Conexões aéreas).

Neste contexto para análise da realidade brasileira desenvolvida pelo IBGE (2008), as metrópoles constituem a hierarquia superior, dinamizando a rede urbana. As metrópoles são divididas em: Metrópole Grande Nacional (São Paulo), Metrópoles Nacionais (Brasília e Rio de Janeiro) e Metrópoles (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre). Desta forma, estes poucos centros urbanos dinamizam todo o território nacional, sendo notável a importância do estudo sobre metrópoles em relação à rede urbana.

Ressalta-se neste ponto a importância da discussão da questão metropolitana no ensino de Geografia, em destaque no Ensino Médio, visto que isto contribui para a formação de cidadãos autônomos. A autonomia está relacionada à compreensão sobre a realidade em que estão inseridos, somada ao raciocínio escalar, visto que tanto grandes metrópoles, quanto cidades pequenas estão inseridas numa mesma rede urbana.

O viés do LD sobre o enfoque metropolitano

Para Segundo et. al. (2012) é fundamental que o LD aborde os conteúdos de forma completa uma vez que o processo de ensino/aprendizagem é composto por etapas subsequentes, sendo necessária a preparação do discente para melhor internalizar o conhecimento.

O PNLD/2015 (BRASIL, 2014.a) foi a terceira edição do processo avaliativo de LD de Geografia do Ensino Médio, nele foi analisado o total de 20 coleções de LD, dos quais 18 foram aprovadas. A análise realizada comprometeu-se a verificar “a correção conceitual, a coerência teórico-metodológica e a ênfase na contribuição dos conteúdos geográficos para a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária” (BRASIL, 2014.a, p.8).

O presente trabalho propõe a análise dos LD adquiridos pelo MEC, desta forma, o pressuposto a ser adotado é que todos os exemplares irão comprometer-se às especificações supracitadas. Os principais conceitos abordados nos LD analisados que são ligados à Geografia Urbana constam no quadro 2. Como principais entende-se os com frequência de mais de 70% (cinco aparições no total de sete coleções).

Quadro 2 – Principais conceitos citados de Geografia Urbana nos LD

Ranking	Conceitos	Frequência
1	Rede Urbana	Presente nas 7 coleções
2	Hierarquia Urbana	Presente em 6 coleções
3	Cidade Global	
4	Urbanização	
5	Cidades	Presente em 5 coleções
6	Megacidades	
7	Metrópole	
8	Região Metropolitana	
9	Megalópole	
10	Conurbação	

Org.: Elaboração própria, 2020.

Do total de 10 principais conceitos ligados à Geografia Urbana, foram selecionados três para abordar a temática metropolitana, sendo estes: Rede Urbana, Metrópole e RM. Contudo, no decorrer do trabalho as discussões permeiam outros conceitos da Geografia, como hierarquia urbana, conurbação, cidades globais, entre outros que corroboram a discussão metropolitana.

A coleção “GEOGRAFIA DAS REDES - O MUNDO E SEUS LUGARES”, classificada como 17ª em “tiragem” e em “valor”, sendo esta a penúltima posição, traz algumas menções aos conceitos, contudo Santos (2015) não aborda suas definições e desta forma, apesar de constar na tabela de referência geral, para fins de discussão foi desconsiderada. Os próximos tópicos farão uma síntese entre os conceitos presentes em cada coleção, com a ponderação sobre a construção da linha de raciocínio.

Coleção Fronteiras da Globalização - o mundo natural e o espaço humanizado

Almeida e Rigolin (2015.a) ao abordarem o enfoque metropolitano na coleção “Fronteiras da Globalização - o mundo natural e o espaço humanizado”, principal livro nos quesitos “tiragem” e “valor de aquisição” (classificado em 1º lugar), trazem que a urbanização e o crescimento urbano relacionam-se e como consequência disso surgem áreas urbanizadas, as quais são “metrópoles, regiões metropolitanas, megalópoles e megacidades” (ALMEIDA, RIGOLIN, 2015.a, p.218). Esta conceituação foi presente nos LD do 1º e do 3º ano do Ensino Médio.

A unidade em que o enfoque metropolitano foi identificado no LD do 1º ano intitula-se “A população mundial e a transformação do espaço”, no capítulo “Urbanização Mundial”. Já no 3º ano, a unidade relacionada foi “Ocupação do território brasileiro: população e urbanização”, no recorte que se destina a compreender o processo de urbanização brasileira. Este raciocínio parte da escala mundial e direciona-se às escalas regional e local, consistindo em uma construção de raciocínio eficaz na abordagem geográfica no ensino.

Almeida e Rigolin (2015.b, p. 217) definem que a “rede urbana de uma região envolve as relações entre o campo e a cidade e as relações entre os diferentes tipos de cidade” e esta seria fundamentalmente integrada a partir das redes de transporte e comunicações. Esta discussão no exemplar para o 1º ano, não tem anexa nenhuma figura para auxiliar a compreensão sobre a conceituação.

O conceito de metrópole não é explicado de forma direta, resumindo-se em uma cidade que irá exercer influência em outra e polarizar espaços amplos, inclusive na escala “planetária” (ALMEIDA; RIGOLIN, 2015.b, p. 218). A definição de metrópole é seguida pelo uso de mapas que ilustram a distribuição mundial das aglomerações urbanas por população e pelo mapa que representa a megalópole japonesa.

A conceituação de RM segue esta abordagem, sendo entendida como um conjunto formado por uma metrópole e suas cidades vizinhas. Contudo, é especificado que o processo de institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil segue as normativas da Constituição de 1988 e que o conceito de RM foi estabelecido pela Lei nº 14 de 1973 e indica também a existência da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), que reúne municípios de diferentes estados.

No LD está indicada ainda a existência do complexo metropolitano brasileiro, resultado da conurbação de duas metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, que levaria à constituição da primeira megalópole brasileira. Por tratar-se de um LD elaborado para o Ensino Médio, compreende-se que a conceituação dos temas abordados deveria ser mais aprofundada, como auxílio a esta questão os autores trazem duas ilustrações, uma imagem aérea e um mapa da região do complexo metropolitano. Com base nos referidos autores, não se torna possível compreender quais elementos compõem uma metrópole, quais papéis esta desempenha para tornar-se capaz de influenciar as demais cidades e quais processos decorrem desta configuração espacial.

Apesar de o LD trazer, por exemplo, a hierarquia urbana adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), este não se ateve a compreender as implicações e significados desta classificação e organização em rede das cidades

brasileiras. Esta parte do texto possui o mapa desenvolvido pelo IBGE (2008) referente à rede urbana brasileira, auxiliando a transposição didática do docente visto que, considerando o LD como um recurso, é fundamental que ele traga ilustrações para serem usadas em sala de aula.

Coleção Geografia Leituras e Interação

A coleção “Geografia Leituras e Interações” possui a 7ª classificação no quesito “tiragem”, mas no “valor de aquisição” esta posição sobe para 2º, sendo inserida então no âmbito das discussões, os conteúdos referentes ao enfoque metropolitano foram encontrados nos LD do 2º ano do Ensino Médio. Os conteúdos analisados localizam-se na unidade intitulada “Urbanização e Espaço Geográfico”, no capítulo denominado “Urbanização no Brasil e no mundo”, traçando um paralelo entre as escalas de análise local (cidade), regional (Brasil) e mundial, construindo então um raciocínio lógico consistente para o ensino de Geografia.

Joia e Goettems (2015) neste LD irão definir metrópole como uma área conurbada e como uma cidade principal que constitui o centro econômico, político e cultural com uma gama de oferta de serviços que possibilitarão que esta desempenhe influência nas demais cidades. Os autores justificam o possível surgimento da expansão das áreas urbanizadas a partir do êxodo rural, adotando o exemplo da cidade de São Paulo, a qual esta área extrapola os limites municipais, com o recurso de uma imagem de satélite que ilustra a dinâmica.

Para os autores, a partir de 1970 ocorre o processo de desconcentração da produção industrial brasileira de São Paulo, atribuindo a este o desencadeamento a partir do planejamento estatal ou pelo processo de transformação econômica. Este processo levaria a conformação das RM, que posteriormente passariam a ser definidas com base na Constituição de 1988. Os autores destacam que as RM não são definidas conforme a extensão territorial, mas sim para fins administrativos do planejamento urbano territorial. Para ilustrar este momento do LD, estão presentes um mapa da cidade de São Paulo e um com as RM distribuídas pelo Brasil.

Com base em Milton Santos, os autores indicam que a partir de 1980 ocorre no Brasil uma desconcentração da riqueza dos grandes centros urbanos, mas que isto não significaria que o crescimento das metrópoles haveria estagnado. Isso se daria ao fato que os migrantes não deixariam de direcionar-se a centros com maior demanda de mão de obra, principalmente no setor de atividades terciárias.

Sobre a rede urbana Joia e Goettems (2015, p. 125) afirmam que “os fluxos econômicos e as interações políticas, sociais e culturais fazem com que as cidades se organizem em rede na escala nacional”. Na conceituação os autores definem a rede urbana como um sistema de cidades, interligado por redes de transporte e infraestruturas que possibilitam o fluxo de pessoas, bens, informação e capital. Como representante do cenário no Brasil, se tem o mapa elaborado pelo IBGE (2008) da rede urbana brasileira, na escala mundial a ilustração mais próxima se tem num mapa com as taxas de urbanização dos países.

Coleção Geografia Contextos e Redes

A coleção “Geografia contextos e redes” é classificada como 3ª em “tiragem” e 6ª em “valor de aquisição”, isto indica que alcança um maior número de estudantes e professores do que a coleção anterior. O enfoque metropolitano foi identificado nos LD elaborados para o 2º ano do Ensino Médio, desta forma Silva et. al. (2015, p. 183) conceituam metrópole como “uma grande área urbana que exerce um domínio político, econômico e/ou cultural sobre uma vasta região, indo muito além de sua área física.”.

O enfoque metropolitano é identificado na unidade denominada “População e Urbanização”, no capítulo “O Brasil urbano” e nos recortes destinados a compreender a rede e hierarquia urbana brasileira, bem como no recorte denominado pelo autor “a urbanização por regiões”, mostrando consistência na construção do fio condutor para a abordagem da temática e direcionando o ensino para uma abordagem multiescalar, do local ao regional.

Nesta linha de raciocínio, os autores irão caracterizar as áreas metropolitanas que seriam grandes concentrações urbanas que não se restringem aos limites municipais, relacionadas à conurbação de aglomerados urbanos, assim áreas então isoladas integram-se a metrópole. A diferença então de uma área metropolitana e uma RM seria o reconhecimento pelo governo, que no segundo caso tem papel fundamental para a sua definição conforme a legislação, devidamente referida no LD. Como recursos visuais neste momento do texto, os autores trazem a área urbana de Nova Iorque e as RM no Brasil. Os autores trazem considerações sobre megacidades em países pobres, representadas por um mapa e uma ilustração da megalópole Bos-Wash nos Estados Unidos, sendo assim a representação mais próxima das diferenças entre “metrópoles” em distintas realidades.

O conceito de rede urbana para os autores é entendido como “redes de circulação de maior ou menor complexidade, com tamanhos e funções diferentes, que estabelecem relações uma com as outras e com o espaço rural [...]” (SILVA et. al., 2015, p. 194). A linha de raciocínio para abordar este tema no LD foi como sequência complementar à classificação da hierarquia urbana. Nas ilustrações sobre a rede urbana, são usados dois recursos visuais, o primeiro uma imagem de satélite da península ibérica no ano de 2002, com as luzes noturnas representando as conexões e o segundo é o mapa com a rede urbana brasileira (IBGE, 2008).

A rede urbana neste contexto é formada por hierarquias menores e maiores, indo de povoados, cidades pequenas e cidades médias, às metrópoles, que a nível mundial receberão a denominação de metrópoles globais ou cidades globais. Na base inferior da hierarquia a função atribuída às cidades é de exercer influência em um nível de abrangência restrito, e no que se refere às metrópoles que ao oferecerem uma gama variada de serviços e oferta de bens, estas “operam como vetores de organização de um espaço regional mais amplo e como centros de redes urbanas complexas” (SILVA et. al., 2015, p. 194). Para tratar da definição de metrópole global, os autores indicaram um referencial que não aborda a realidade latino-americana, contudo, o LD traz a realidade brasileira a partir dos estudos do IBGE (2008).

Coleção Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização

A coleção “Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização” recebe classificação de 2ª em “tiragem” e 3ª em “valor de aquisição”, o enfoque metropolitano foi identificado nos LD elaborados para o 3º ano do Ensino Médio. Os conteúdos relacionados ao enfoque metropolitano são encontrados na unidade “O espaço urbano e o processo de urbanização”, nos capítulos “O espaço urbano do mundo contemporâneo” e “as cidades e a urbanização brasileira”, sendo assim abordados com base em um fio condutor e não isoladamente.

Sene e Moreira (2015) abordam o conceito de rede urbana como um sistema de cidades nacionais ou multinacionais, que se conectam a partir de sistemas de transportes e de telecomunicações, pois estes proporcionam que ocorram os fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Os autores se assemelham à definição elaborada por Joia e Goettems (2015), que adotam os mesmos parâmetros para a compreensão sobre a rede urbana. Referente à representação da rede urbana, este LD destaca-se por ter

a representação esquemática das relações verticais e horizontais entre as cidades (Figura 4).

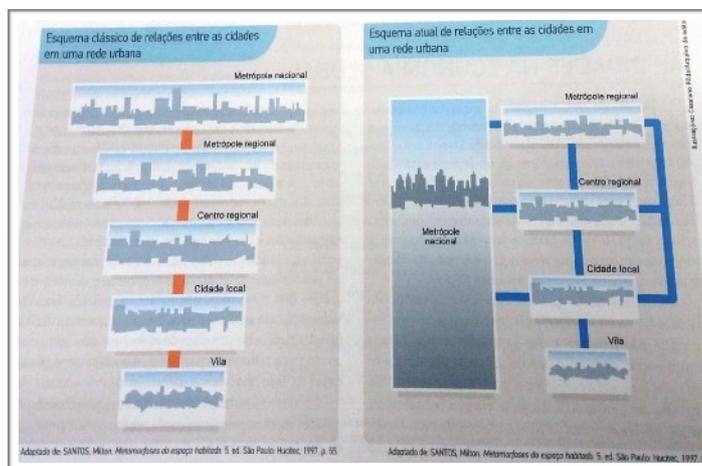


Figura 4: Representação do esquema da rede urbana.
Fonte: Sene e Moreira (2015).

No mais, a discussão sobre rede urbana mostra-se profunda, visto que é discutido o caráter deste conceito advindo do século XIX, considerando as alterações ocorridas no âmbito das relações que não são dotadas apenas de verticalidade, e ocorrerão de forma horizontal, ou seja, cidades de diferentes hierarquias se comunicarão de forma livre.

Estes autores destacam-se ao realizar menção a algumas discussões teóricas, como a desenvolvida pelo grupo Globalization and World Cities – GaWC, que propõem uma hierarquia urbana mundial e uma rede urbana com base nos estudos sobre cidades globais de Saskia Sassen. O LD aborda questões ligadas à legislação das RM, bem como a criação das Rides. Neste momento, os autores não desenvolvem profundamente a sua conceituação, porém, tecem considerações sobre a realidade brasileira.

Em suma, esta coleção não possui um enfoque metropolitano que incentive os estudantes a refletir sobre este como uma problemática. Sem a explicação dos conceitos o debate sobre metrópole e RM se torna insuficiente. Na medida em que a discussão sobre rede urbana foi satisfatória, neste outro caso decorreu de maneira superficial.

Coleção Geografia: estudos para a compreensão do espaço

Na coleção “Geografia: estudos para compreensão do espaço” classificada dentre as com menor relevância na classificação, sendo este 16º lugar em “tiragem” e em “valor

de aquisição”, o enfoque metropolitano foi identificado nos LD do 2º e 3º anos do Ensino Médio.

Os conteúdos referentes ao LD do 2º ano são encontrados no capítulo denominado “O Espaço Urbano Mundial” no recorte que se dedica a compreender a hierarquia urbana. No caso do LD para o 3º ano, o enfoque metropolitano é identificado no capítulo “O Espaço Urbano Brasileiro”, que se dedica a compreender o processo de urbanização no Brasil bem como a metropolização e as dinâmicas atuais.

Mendes e Tamdjian (2015.a, p. 194) definem metrópole como “cidades que possuem os melhores equipamentos urbanos de um país ou de uma grande região”, e por serem consideradas o ponto central das redes urbanas, com alto poder polarizador. Os autores então abordam o crescimento das cidades, levando a explicação sobre o processo de conurbação, introduzindo o tema de RM e Rides, com o histórico de evolução deste processo do Brasil.

Os recursos gráficos identificados que buscaram auxiliar a transposição didática foram mapas que traziam no LD para o 2º ano as megalópoles dos Estados Unidos e outro as megacidades no mundo, e no LD para o 3º ano os mapas da megalópole brasileira em formação Rio-São Paulo, da metropolização do Brasil a partir do mapa das RM e na questão da rede urbana, adotou-se o mapa elaborado pelo IBGE (2008) com a rede urbana brasileira. Estes componentes indicam que a representação por ilustrações da questão metropolitana é presente e parte da representação da escala global para a nacional.

Esta coleção diferencia-se por abordar a discussão sobre o processo de desmetropolização (MENDES; TAMDJIAN, 2015.b), que possui divergências entre as referências acadêmicas quanto a sua efetivação, levando ao questionamento sobre a relevância deste texto no LD e como este se relaciona com a realidade dos estudantes.

A rede urbana é conceituada por Mendes e Tamdjian (2015.b), a partir das conformações realizadas no estudo do IBGE (2008), considerando também a hierarquia urbana adotada neste referencial. O LD neste caso contribui para a compreensão das dinâmicas espaciais relacionadas com as cidades.

Coleção Geografia Global

Na presente coleção, classificada como 18ª tanto em “tiragem” quanto em “valor de aquisição”, ou seja, última colocada, os temas metropolitanos são presentes no LD elaborado para o 2º ano de Ensino Médio. No que se refere à construção do fio

condutor para a abordagem destes conceitos, na coleção Geografia Global o enfoque metropolitano encontra-se na unidade “Dinâmica Populacional”, capítulo intitulado “O que é urbanização” no momento destinado a compreender a urbanização brasileira. Contudo, a especificação sobre “rede urbana” encontra-se no glossário da obra, sendo problemática em função da isolação deste conceito.

Garcia e Almeida (2015, p. 310) definem rede urbana como “conjunto de centros urbanos integrados que apresentam relações sociais, econômicas e políticas entre si.” Contudo, a criação de um fio condutor para o ensino não é perceptível de forma clara, pois esta definição é tratada de forma parcial no momento dedicado à compreensão de hierarquia urbana.

A discussão sobre metrópole e RM não ocorre de maneira integrada, metrópoles são definidas a partir das considerações sobre hierarquia urbana, em que cumprem o papel de polarizar áreas com base na influência desenvolvida pelo IBGE (2008). A única figura que buscou ilustrar o contexto metropolitano foi o mapa das RM brasileiras. Considera-se então que nesta coleção o enfoque metropolitano não obteve ênfase na construção dos LD. Contudo, o referencial utilizado para apresentar a hierarquia urbana brasileira consiste no órgão oficial responsável para este fim, indicando que apesar de superficial o que foi discutido teve embasamento consistente.

Síntese das coleções de LD quanto ao enfoque metropolitano

A partir das considerações tecidas sobre o enfoque metropolitano encontrado nos LD analisados, apesar de, em alguns casos, o referencial ter sido desenvolvido com superficialidade, as conceituações mostram-se coerentes. O quadro 3 indica o título das unidades e dos capítulos que tratam das questões metropolitanas, bem como o ano do Ensino Médio para qual o LD é referência. Observa-se que não existe uma regularidade nas coleções selecionadas quando ao ano, o mais frequente sendo o 2º ano, com quatro aparições, seguido pelo 3º ano com três e o 1º com apenas uma.

Quadro 3 – Unidades e capítulos que trazem a questão metropolitana

TÍTULO	ANO	UNIDADE	CAPÍTULO
Fronteiras da globalização - o mundo natural e o espaço humanizado	1º	A população mundial e a transformação do espaço	Urbanização Mundial
	3º	Ocupação do Território Brasileiro: população e urbanização	Urbanização Brasileira
Geografia leituras e interação	2º	Urbanização e Espaço Geográfico	Urbanização no Brasil e no mundo
Geografia contextos e redes	2º	População e Urbanização	O Brasil Urbano
Geografia geral e do Brasil - espaço geográfico e globalização	3º	O espaço urbano e o processo de urbanização	O espaço urbano do mundo contemporâneo
			As cidades e a urbanização brasileira
Geografia: estudos para compreensão do espaço	2º	-	O espaço urbano mundial
	3º		O espaço urbano brasileiro
Geografia global	2º	Dinâmica populacional	O que é urbanização

Org.: Elaboração própria, 2020.

De modo geral, a partir do quadro 3 e das unidades e capítulos referidos, a questão metropolitana encontra-se relacionada fortemente às discussões populacionais e sobre o processo de urbanização, por vezes caracterizando uma das escalas de análise da territorialidade da ocupação do solo. É comum que a urbanização ao ser abordada faça uma conexão entre o cenário mundial e o brasileiro, reforçando o raciocínio escalar entendido em Carvalho (2006).

A coleção de LD desconsiderada (SANTOS, 2015) indica que apesar de não necessariamente os números de “tiragem” e “valor de aquisição” consistirem em um parâmetro de qualidade do conteúdo escolar, neste caso para o recorte do enfoque metropolitano foi a abordagem teórica mais insuficiente.

Dentre os conteúdos analisados nas coleções de classificações mais baixas, foi identificada a falta de uma discussão mais ampla, porém estes mesmos assim contribuem para uma visão mais abrangente de mundo e de dinâmicas espaciais, seja pelas ilustrações ou pela transposição didática. Entende-se que ao tecer uma abordagem superficial, o estudante pode compreender que existem determinadas dinâmicas espaciais, porém não compreendendo o significado destas conformações espaciais e os reflexos disto na sua realidade.

Os autores, na maioria das vezes, não mencionam as referências utilizadas no corpo do texto dos LD, o que dificulta a análise do referencial utilizado, principalmente

na parte de conceituação. Este fator impossibilita que sejam considerados para análise o total do referencial utilizado, e limitam as possibilidades do docente que irá consultá-lo para o desenvolvimento das aulas.

Este parâmetro consiste no direcionamento da análise para além da conceituação em si, mas para a síntese entre conceito bem definido e construção do raciocínio a partir de um fio condutor eficaz. Abordar conceitos complexos a partir de glossários não é suficiente para que a Geografia seja ensinada como uma ciência holística, visto que o MEC (BRASIL, 2006) indica que esta ciência não é simplesmente descritiva e empírica e que no atual contexto social, é fundamental que os estudantes desenvolvam esta percepção do mundo atual.

Considerações finais

Considera-se que existe um conjunto de fatores que devem ser integrados para a sintetização da análise geográfica sobre os LD. Este conjunto consiste não apenas em atributos textuais, mas também na consideração do pluralismo das realidades existentes no cenário educacional brasileiro.

A análise dos LD proporciona que sejam especificados as características e os limites deste material didático para referência dos docentes em nível nacional. Algumas metodologias diferenciadas relacionadas a recursos didáticos de custo elevado, não são acessíveis de forma democrática a todas as realidades (CASTROGIOVANNI, et. al. 2010), sendo então o LD o recurso mais comum e acessível às escolas.

Aponta-se o desenvolvimento da metodologia para seleção das coleções de LD e para análise do conteúdo dos mesmos como determinante para obter os resultados do presente trabalho. Esta metodologia pode ser replicada para analisar não apenas os conteúdos da Geografia Urbana, mas para os demais campos da Geografia bem como para distintas áreas do conhecimento.

Dentre os principais resultados obtidos, tem-se que a abordagem dos conteúdos ligados ao enfoque metropolitano dentro da Geografia Urbana é insuficiente nas coleções com a menor classificação em relação à “tiragem” e “valor de aquisição”. Isto mostra a problemática em torno da aquisição pelo MEC, que mesmo ao dispor relativamente menor renda para as coleções referidas, ainda despense um montante considerável em reais para obter estas coleções de LD.

Como continuidade para a pesquisa aponta-se a possibilidade de relacionar os conteúdos dos LD com a formação e atuação profissional dos autores que os elaboraram, ponderando sobre as possíveis influências. Outro campo nas possibilidades futuras consiste em analisar o teor das atividades propostas pelos autores, considerando se estas se direcionam, por exemplo, à fixação dos conteúdos, à preparação para vestibulares entre demais alternativas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lúcia Marina; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Fronteiras da Globalização: O mundo natural e o espaço urbanizado**. São Paulo: Ática, vol. 1, 2015.

BANDEIRA, Andreia; STANGE, Carlos Eduardo Bittencourt; SANTOS, Julio Murilo Trevas dos. Uma proposta de critérios para análise de livros didáticos de ciências naturais na Educação Básica. In: III Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. **Anais...** Ponta Grossa: 2012. Disponível em: <<http://www.sinect.com.br/anais2012/html/artigos/ensino%20cie/6.pdf>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

BRANDÃO, Inêz de Deus Neiva; MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. Recursos didáticos no ensino de geografia: tematizações e possibilidades de uso nas práticas pedagógicas. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2013. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/175>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

BRANDÃO, Jefferson Dagmar Pessoa. O papel e a importância do livro didático no processo de ensino aprendizagem. In: I Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Campina Grande, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Vol. 3, Brasília: 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 01/2013 – CGPLI**: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2015: Ensino Médio - Apresentação**. Brasília: MEC, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2015: Ensino Médio - Geografia**. Brasília: MEC, 2014.a.

_____. Ministério da Educação. **PNLD 2016 - Valores de aquisição por título - Ensino Médio**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> Acesso: 02 julho de 2017.

CARVALHO, Alcione Luis Pereira. O raciocínio escalar: relembando possibilidades teórico-metodológicas no ensino de Geografia. **Cadernos SEED**, 2006.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti. KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 8ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; GOULART, Lígia Beatriz. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 16, p. 17-20, out., 1988. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37978>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: I Seminário Nacional: Currículo em movimento - Perspectivas atuais. **Anais...** Belo Horizonte, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar.1995.

DAVANZO, Aurea Maria Queiroz; PIRES, Maria Conceição Silvério; NEGREIROS, Rovená; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Metropolização e Rede Urbana. In: **Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas interfaces**. Org.: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. Brasília: Ipea, 2011.

DOMINGOS, Thiago Augusto. **Metrópole e região metropolitana**: reflexões sobre a Região Metropolitana de Londrina. Dissertação Mestrado. UEL, 2010.

DORFMAN, Adriana; QUADROS, João Batista de; FERNANDES, Rafael Zílio; AGUIAR, Rodrigo Costa de. Práticas pedagógicas de geografia urbana: um estudo sobre Porto Alegre e Região Metropolitana. In: 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Internacionalização e Novos Conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 107, p.- 93-107, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/104>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

_____. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas; CASARES, Marta Delia. Metrôpoles Regionais: revisitando o conceito na perspectiva comparada Brasil-Argentina. In: IV Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. **Anais...** p. 4103-4118. São Paulo, 2014.

FREITAG, Barbara; COSTA, Wanderly Ferreira da; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 1993.

GARCIA, Helio Carlos; ALMEIDA, Maurício de. **Geografia Global**. Edições Escala Educacional, v. 2, 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6473>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

JOIA, Antonio Luis; GOETTEMES, Arno Aloisio. **Geografia Leituras e Interação**. Texto editores LTDA, vol. 2, 2015.

MENDES, Ivan Lazzari; TAMDJIAN, James Onnig. **Geografia**: estudos para compreensão do espaço. Editora FTD, v. 2, 2015.a.

MENDES, Ivan Lazzari; TAMDJIAN, James Onnig. **Geografia**: estudos para compreensão do espaço. Editora FTD, v. 3, 2015.b.

MOREIRA, Rui. A arquitetura do conhecimento geográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, Caderno de Resumos, Mesas Redondas, 10. **Anais...** p. 63-64. Recife: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1996.

OLIVEIRA, Marlene Macario de; LEANDRO, Aldo Gomes. Imagem do livro didático e espaço vivido: por uma dialogia possível. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. v1, n.1, p.13-22, jan./jul. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5831>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

- PINA, Paula Priscila Gomes Do Nascimento. **A relação entre o ensino e o uso do livro didático de Geografia**. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2009.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, Joana Jakeline de Alcantara. **O conceito de território nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio do autor Melhem Adas (1970 a 1990)**. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5831>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.
- SANTOS, Douglas. **Geografia das Redes: O mundo e seus lugares**. Editora do Brasil Di, 2015.
- SANTOS, Daiane de Almeida; FERNANDES, Maria Jose Costa. Análise do livro didático de Geografia para o Ensino Médio. In: III Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Natal, 2016. Disponível em: < http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID10021_19082016102241.pdf>. Acesso em: 03 setembro de 2019.
- SEGUNDO, Maxione do Nascimento França; COSTA, Rodolfo_Mossoro; FERNANDES, M. J. C. Análise Crítica do Livro do Ensino Médio Brasileiro, Relacionando-o com o Livro Acadêmico. **HOLOS**, Ano 28, Vol. 2, 2012. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/877>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.
- SENE, Eustaquio de; MOREIRA, Joao Carlos. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. Editora Scipione, v. 3, 2015.
- SILVA, Ângela Correa da; RUBINO JÚNIOR, José Ruy Lozano; OLIC, Nelson Bacic. **Geografia Contextos e Redes**. Editora Moderna, vol. 2, 2015.
- SILVA, Maria Aline; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. **Geografia Ensino e Pesquisa**, vol. 17, n. 3, set./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/12494/pdf>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.
- SILVA, Maria das Dôres Florencio de Araujo; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Geografia Escolar e as dificuldades em romper com o tradicionalismo com a prática pedagógica. In: 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia. **Anais...** João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo47.pdf>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.
- SILVA, Lair Miguel da; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Livros didáticos de geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. In: **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 52, p. 173-185. Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/26355>>. Acesso em: 03 setembro de 2019.

Recebido em 29 de novembro de 2019.

Aceito para publicação em 18 de junho de 2020.